

AUTORITARISMO: UMA IDEOLOGIA PRÓPRIA?

Por Rui Tavares Maluf*

Sumário

Introdução

A definição do autoritarismo em contornos gerais

Um pouco de luz sobre o conceito de autoridade

Defender a política, mas qual política?

(Quase) uma ideologia própria

Será que a centro-direita aprendeu?

Autoritários sim, ainda que em graus variados

O que é preciso fazer para a democracia se fortalecer

A ignorância como fator importante para o autoritarismo

Um só autoritarismo

Últimas palavras

Introdução

Atualmente, a situação política vivida em boa parte do mundo democrático, particularmente no Brasil sob o mandato de Jair Bolsonaro eleito presidente em 2018, poderá (quem sabe) se converter em um bom ensinamento político para todos nós detentores de boa fé, defensores da liberdade e da democracia, bem como dispostos a usar a razão na política, mas especialmente para alguns dos setores autoproclamados de esquerda e outros grupos de centro-direita. A razão para esta afirmação é que o empenho de muitos de nós em fazer oposição ao governo presente se dá pela via da denúncia regular do reiterado comportamento autoritário do chefe de estado, porém ainda mais pronunciadamente o que se entende ser clara tentativa de transformar o regime democrático presente em autoritário (claramente comprovado nas manifestações de 7 de setembro de 2021), valendo-se para tanto da mobilização da mentalidade autoritária existente em parte da sociedade brasileira, da pura ignorância de tantos outros, e, também, em parte do serviço público e mais precisamente de membros das forças armadas e das polícias militares.

Faço esta afirmação, pois muitas das causas atualmente abraçadas por grupos heterogêneos em oposição a práticas autoritárias e que ameaçam o regime democrático vigente (grupos estes atuando próximo daqueles que se enquadram como de outra orientação política, mas que não dividem a mesma via pública quando de suas manifestações) dificilmente seriam abraçadas caso não estivéssemos vivendo a presente realidade. Diferentemente de 1964, o contexto atual se dá a partir de uma sociedade que dispõe de muito mais acesso à comunicação e meios de participação em consequência tanto da internet quanto dos aparelhos móveis (smartphones) a esta integrados, e, ainda, do modelo das redes sociais¹ o qual se por um lado facilita boas discussões e conhecimento, também facilita, e muito, a disseminação de notícias falsas e agressões verbais gratuitas. Sim, é possível que certos grupos só se mobilizem contra o pendor autoritário encarnado em Jair Bolsonaro porque precisam fustigar o “*inimigo*”, e uma vez superada a situação que a muitos aflige (sendo otimistas), voltarão a ser o que sempre foram (sobre o que dissertarei mais à frente). É bem provável que tais grupos não se enxerguem desta maneira e é aí que reside o problema e a razão de enquadrar tal conduta como sendo o resultado da ideologia professada, a qual invariavelmente se traduz na negação dos fatos quando estes põem em risco suas crenças.

As causas às quais me refiro abrangem tanto as de ordem político-institucional quanto da cultura e comportamento políticos². Por exemplo: em defesa da separação dos poderes, repudiando as mobilizações públicas digitais e presenciais de seguidores de Bolsonaro que tentam intimidar os poderes legislativo e judiciário ameaçando-os de agressões e até de morte se não fizerem o que julgam que deva ser feito. Estendem-se às atitudes do próprio presidente procurando cooptar o comando das forças armadas para seus desígnios pessoais, bem como à defesa do voto eletrônico contra o retrocesso do voto impresso e mais recentemente para evitar derrota flagrante da Proposta de Emenda Constitucional (PEC-135/19) que o instituiu, com a patética utilização de desfile de tropas da marinha na Esplanada dos Ministérios em

¹ - Ao me referir ao modelo de redes sociais, como o nome já sugere, está em perspectiva a existência de uma relação mais para o horizontal do que a vertical, mais para o imediato do que o mediatizado; mais para transmitir as emoções que afloram no momento (sem o repertório condizente com as mesmas) do que a reflexão; esta última exigindo mais um prudente distanciamento do tema da ora do que o se jogar abruptamente sobre o mesmo.

² -Deixo de lado às do campo econômico e social (medidas emergenciais) por entender que tais matérias em si não trouxeram experiências para o objeto aqui tratado.

Brasília (DF) no mesmo dia em que os deputados federais deliberariam a matéria a pretexto de “entregar convite” ao presidente para assistir a *Operação Formosa* que ocorre anualmente desde 1988.

Até aqui, como mencionei no início, o ponto mais alto no simbolismo da conduta de um presidente que finge defender a liberdade atacando-a abertamente se traduziu nas manifestações públicas por ele e seguidores realizadas na data de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil na qual ele próprio esteve presente e usou a palavra repetindo inverdades, tais como as denúncias às urnas eletrônicas, e ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, gritando “*Fora Alexandre de Moraes*”, afirmando que não cumprirá decisões proveniente dele. Referindo-se ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, declarou: “*Ou o chefe desse Poder enquadra o seu ou esse poder vai sofrer aquilo que não queremos*”³. E nada mais irônico do que a ocorrência desse evento uma vez que tradicionalmente, em Brasília (DF) e outras capitais, a data era comemorada em cerimônias protocolares e comportadas com a presença de público acompanhando o desfile cívico-militar; ainda que estas se dessem em tamanhos mais modestos nos últimos tempos, mas sempre procurando traduzir atmosfera de unidade dos brasileiros.

Para que as manifestações de resistência aos arroubos autoritários do presidente e seguidores tenham êxito apoiam-se todos seus integrantes em ao menos três importantes pilares do regime democrático: 1) na liberdade de imprensa, por meio das informações veiculadas pela mídia (seja a tradicional ou a mais recente e digital) amplamente favorável e comprometida com a defesa desta mesma liberdade de expressão como de investigação (nesta claramente incluída a Rede Globo que tem sido muito relevante neste processo⁴); 2) no respeito ao direito de oposição da minoria considerando a última eleição; e 3) na independência dos poderes dentro da qual a cúpula do poder judiciário e parte do Congresso Nacional tem exercido seu direito de fiscalização dos atos do poder executivo e de tudo que atente contra a ordem democrática.

Tais causas estendem-se à defesa da ciência e do meio ambiente, das autonomias dos níveis estaduais e municipais de governo e iniciativas concorrentes com a União, e do reconhecimento à manutenção da hierarquia formal em setores estratégicos como as polícias militares. Em prol do combate à corrupção entendendo-a com um mal que acaba por afetar os mais vulneráveis principalmente devido ao encarecimento de obras e serviços e, obviamente, desvio dos recursos públicos. Mais recentemente em defesa do voto eletrônico nos moldes atuais como um dos maiores avanços do regime democrático que se tem a comemorar. E, ainda, do enfrentamento das práticas e violências de crimes de ódio, sejam estes raciais, de gênero, etc. Por fim, pelo reconhecimento de que a direita (como esta é definida pelos que se afirmam de esquerda) não é toda ela extremista⁵ (*bolsonarista*) e no Brasil a direita pode ser sim democrática e também dispor de capacidade de mobilização política e popular⁶. É fato,

³ - O Estado de São Paulo (08.09.21, página A-4). “*Bolsonaro desafia STF e siglas citam impeachment*”

⁴ - E muito atacada por Bolsonaro e seguidores.

⁵ - Prefiro ainda chamar de extremista em lugar de fascista por entender que ainda faltam alguns elementos importantes para enquadrá-lo desta maneira.

⁶ - Admito que as classificações das ideologias, atitudes e comportamentos políticos entre esquerda, centro e direita são demasiadamente simplistas, e mais ainda agora. Mas reconheço não ser tarefa fácil deixar de empregá-las exatamente porque para muitos militantes (da esquerda, em particular) estas denominações fazem todo o sentido. Destaco uma controvérsia difícil de ser resolvida nesta estreita classificação. O liberal é chamado de “*direita*” por quem se diz de “*esquerda*” (que quase invariavelmente o

contudo, que a própria direita, ou larga parcela desta, passou a se reconhecer como tal de alguns anos para cá deixando de existir como algo dissimulado, especialmente no interior dos órgãos de estado.

As mobilizações da parte da sociedade brasileira em favor do regime democrático, tendo por base os exemplos apontados, são a forma de destacar que em se tratando Bolsonaro um governante de um dos setores mais retrógrados da direita do espectro político, parcelas da esquerda enxergam com nitidez a importância da democracia e do estado de direito⁷ a esta inerente. No entanto, muitos ignoram (alguns por serem mais jovens e não terem estudado adequadamente sobre o passado, outros por simplesmente não admitirem) que parte da esquerda brasileira era contra o voto eletrônico pelas mesmas razões apontadas por Bolsonaro e seguidores⁸, defendia que os poderes constitucionais (especialmente o Poder Legislativo) deveriam simplesmente se curvar a vontade popular conquanto formalmente separados, especialmente quando esta vontade estivesse nas ruas como se os representantes populares se elessem vinculados a um mandato por procuração específica e representassem uma única visão de mundo e de interesses.

Também é conveniente destacar que muitos setores da esquerda que agora estão surpreendidos com o ativismo dos policiais militares defendiam que os mesmos pudessem atuar sindicalmente ou até mesmo fazer greve⁹. São estes setores da esquerda que continuam a acreditar (ou fingir) que Cuba, Nicarágua e Venezuela são regimes “*revolucionários e populares*” e democráticos, tratando-se tais termos de claros eufemismos para se referir a regimes autoritários e mesmo ditatoriais no caso de Cuba, incapazes quase sempre de resolver problemas elementares da economia. Quando muito reconhecem “*eventuais falhas do sistema*”, porém estas decorreriam por estarem cercados pelo “*inimigo imperialista*”, os EUA, com apoio de elites do Brasil e outros países tido como periféricos.

Ou seja, estes grupos da esquerda não os condenam na sua dura repressão política como se pôde verificar na primeira quinzena de julho com as amplas manifestações ocorridas em Cuba em prol de liberdade como fez o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva apoiando o regime mesmo diante de imagens e fatos inegáveis de prisões de pessoas se manifestando pacificamente (destacando que manifestações políticas contrárias ao regime são proibidas). Tais grupos apoiam-se nestes pretextos para não repudiar tais ditaduras valendo-se de alguns exemplos verdadeiros (como o bloqueio americano a Cuba desde 1962¹⁰), mas parciais e, ainda assim, não justificando a intolerância dos regimes de conviver com a pluralidade de ideias, de contestação a uma força política dominante, do direito de organização e de disputar o poder em condições iguais e sem ameaças. Em outras palavras, não querem reconhecer sua incompetência econômica que nada tem a ver com bloqueio.

mistura ao conservador), mas o liberal não se vê necessariamente desta maneira. Direita para muitos que são assim rotulados só é justificável para o campo dos costumes e da visão política, mas jamais do econômico.

⁷ - Uso aqui estado de direito separado da democracia para enfatizar a importância deste e não como algo separado da democracia.

⁸ - Para ser justo, em termos de deliberação parlamentar ainda houve parlamentares de outras bancadas que não apenas das que apoiam o governo que votaram em favor da PEC-135/19 do voto impresso.

⁹ - A esse respeito foi muito oportuna a entrevista concedida pelo o coronel reformado da polícia militar do estado de São Paulo, Glauco Carvalho, ex-comandante do Policiamento da Capital, ao jornal *O Estado de São Paulo* na qual ao responder uma questão formulada pelo repórter disse: “*a esquerda, em alguns momentos, defendeu greves das PMs. Em algumas circunstâncias, ações ao arripio do Código Penal Militar. Nesse momento, vemos como isso é perverso. O arripio da lei pode se dar tanto para fazer uma revolução proletária como para dar um golpe*”. (OESP, 25.08.21, página A-8).

¹⁰ - O bloqueio sofreu algumas variações desde então. Para os interessados em detalhes recomendo ingressar no site do United States Department of State in <https://www.state.gov>

É no seio de alguns desses grupos à esquerda que se defende o ato de quem colocou fogo na estátua ao bandeirante Borba Gato na avenida Santo Amaro em São Paulo no final do mês de julho para manifestar o repúdio ao que ele foi e representou no tocante a violência e racismo contra indígenas e negros, e dos que desejavam até pouco tempo atrás vetar a leitura das obras de Monteiro Lobato para crianças. Ainda que, aparentemente, o gesto da tentativa de incêndio venha de um manifestante destituído de poder político, este não é menos repudiável para aqueles que defendem que a vigência da democracia também depende do debate franco e bem intencionado sobre qualquer tema, e não diferentemente sobre o passado (mas nesse último caso), por contraditório que seja, há que ter respeito para o valor que determinados símbolos nutrem frente aos agentes que forjaram parte de sua história. Estas referências consideradas importantes não significa deixar de criticá-las, mas contextualizando a situação. Conquanto vandalismo não seja sinônimo de autoritarismo, trata-se de elemento mais condizente com tal concepção, pois se alguém acha que sua verdade tem que se impor por atos de força e pela pura e simples vontade do cidadão, manda-se as regras de convivência às favas.

A mentalidade autoritária interpreta manifestações em prol da liberdade e defesa da democracia, ou mesmo quaisquer críticas dirigidas aos governos que apoia, como dispendo de segundas intenções e sendo instruídas por forças políticas espúrias. Estas costumam ser classificadas como “subversivas”, “alimentadas por interesses subalternos”, “anti-revolucionárias”, “anti-patrióticas”, “vendidas para potências estrangeiras”, “submetidas ao imperialismo ianque”, “impregnadas de elementos nocivos”, “fascistas”, “comunistas”, a depender da corrente de pensamento, embora alguns destes termos sejam proferidos por mentalidades de qualquer filiação. Sim, ao expressar determinadas ideias, proposições, é sempre possível que tais forças possam ter mais de um objetivo, o qual se mantém oculto. Todavia, ao contrário das mentalidades autoritárias, para a democrática o que efetivamente importa é que as causas manifestas são aceitas pelo que afirmam, independentemente de haver segundas intenções não raras vezes, e desde que estas se encontrem nos marcos das leis e da constituição. Mesmo algumas manifestações inconstitucionais de menor gravidade acabam sendo aceitas se não ameaçam as bases que regem estes regimes.

A definição do autoritarismo em contornos gerais

Sendo assim, entendo ser oportuno tratar do conceito de autoritarismo, palavra esta tão empregada por tantos e agora mais ainda, mas nem sempre bem compreendida, tal como ocorre com seu oposto, a democracia. Apesar do vasto uso do termo acompanhado de alguma superficialidade pelos que a empregam, existe vasta literatura e obras seminais tratando de ambos os assuntos, grande parte das quais produzidas no transcurso do século XX. Observe o leitor em consulta sólida fonte nos temas políticos que logo no início do verbete “*Autoritarismo*” redigido por Mario Stoppino (1983) no dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio, o autor escreve o seguinte: “*O adjetivo ‘autoritário’ e o substantivo Autoritarismo, que dele deriva, empregam-se especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas*”. Há que se considerar, portanto, que a despeito da definição diferenciada para o termo na sua forma substantiva e adjetiva os mesmos se influenciam e se relacionam mais ou menos estreitamente a depender do contexto.

O verbete é riquíssimo e a este recorrer no atual momento político é muito oportuno seja para não iniciados quanto aos já versados. O que mais aproveito aqui é destacar que na tipologia dos sistemas políticos o regime autoritário maximiza exercício da autoridade concentrando-o em poucas pessoas (quando não apenas em uma) e em poucas estruturas. A ação governamental tende a ultrapassar os limites estabelecidos mesmo que estes tenham sido criados pelo próprio regime autoritário. Em tal regime, ao contrário do democrático, não há como substituir o governante por meio de eleições livres e competitivas, ainda que o regime possa se valer de eleições para se afirmar como democrático.

Desse modo, em tese, seis combinações ao menos seriam possíveis, conquanto possam uma ou outra destas não dispor de respaldo empírico em certos regimes assim classificados: 1) estruturas do sistema político autoritárias sendo comandadas por 1.1) indivíduo autoritário e representante de 1.2) uma ideologia autoritária; 2) estruturas do sistema político autoritárias sendo dirigidas por 2.1) indivíduo(s) não autoritário(s), mas representante(s) de uma 2.2) ideologia autoritária; 3) estruturas dos sistemas políticos autoritárias sendo dirigidas por 3.1) indivíduo(s) não autoritários e representante de uma ideologia 3.2) liberal-democrática; 4) estruturas dos sistemas político liberal-democráticas, sendo dirigidas por 4.1) indivíduo(s) liberal-democráticos e representante de 4.2) ideologias liberal-democráticas; e 5) estruturas dos sistemas político liberal-democráticas, sendo dirigidas por 5.1) indivíduo(s) autoritário em sua disposição psicológica, mas representante de 5.2) ideologia liberal-democráticas. Coloquei indivíduo com a letra “s” entre parênteses para deixar a perspectiva do plural se fazer presente porque faz diferença quando o perfil com disposição psicológica autoritária vai além do dirigente maior, abrangendo outras pessoas que integram os espaços decisórios.

A sexta combinação possível envolve praticamente todos os itens anteriores conjugando-os à cultura política, ou seja, como alguns valores e práticas estão distribuídos (alguns mais do que outros) e em tudo isso a aderência ou não da maioria às normas vigentes, e não menos importante os conhecimentos tanto formais de educação recebida quanto os ligados a suas ações e envolvimento sobre o funcionamento da administração pública, do sistema político, do estado. Seguramente há razoável dose de cultura política autoritária no Brasil a qual se encontra presente em muitas organizações, embora em algumas destas a existência possa ser mais pernicioso do que em outras pelos recursos de poder à sua disposição¹¹.

Talvez seja possível, ainda, falar de uma subcultura dentro da cultura política autoritária. Esta é formada provavelmente por indivíduos mal resolvidos quanto aos seus recursos de interação social nos quais a boa comunicação pressupõe alguma competência para o debate, o que não deve ser confundido com educação formal nem erudição. Estes indivíduos talvez represem muitos dissabores que não conseguem expressar de forma satisfatória nos outros espaços das suas vidas, e ao disporem de lideranças que lhes pareçam capazes de reproduzir seus incômodos de forma tão simples (simplória mais provavelmente) e direta, passam a externar tudo que lhes vem à mente, pois se sentem protegidos (as redes sociais

¹¹ - No campo da cultura política, há obras já clássicas de grande importância, tais como *Uma Teoria de Política Comparada* (ALMOND & POWEL:1972)

virtuais e presenciais cumprem bem esta função¹²). Assim, esse grupo talvez seja o mais facilmente recrutável para as ações autoritárias porque escancaram uma dose de brutalidade (ainda que verbal muitas vezes) importante como meio de intimidação (trazendo enganosa ideia de poder). Em outras palavras, tal grupo em si mesmo talvez nem tenha mentalidade autoritária, mas se presta facilmente ao ativismo autoritário, e, ao mesmo tempo, por este operar, como no Brasil, sob um regime democrático no qual a liberdade favorece muito a referida conduta. Tratarei disso detidamente mais à frente.

Escrevo tais preliminares porque a argumentação que desenvolvo a seguir é que de forma geral o autoritarismo é *quase* uma ideologia própria; uso o advérbio *quase*, pois de forma regular este termo e valor dificilmente serão identificados no discurso de indivíduos e organizações políticas como algo em si mesmo, mas sim um *meio* para se alcançar determinado *fim*. Da mesma forma que será difícil ouvir no mundo em que vivemos um dirigente autoritário no exercício do poder de um regime autoritário admitir se autoproclamar “*autoritário*” ou “*ditador*”, ou mesmo aceitar de bom grado ser assim chamado; quando muito tal indivíduo admitirá que medidas excepcionais se fizeram necessárias a fim de se alcançar a liberdade e a democracia “*logo mais*”.

Um pouco de luz sobre o conceito de autoridade

Mas se é oportuno tratar do conceito de autoritarismo também é o termo próprio do qual deriva, isto é, o de *autoridade* por ser a base da qual se originou *autoritarismo* e também a sua deturpação. Ora, o emprego *atual*¹³ do conceito de autoridade, embora não seja totalmente pacífico, conjuga com ênfases um tanto distintas o exercício do poder dentro de competências previamente estabelecidas, que permitem a aceitação das decisões de quem exerce a autoridade, e, assim, reveste-se o ocupante de moralidade, gerando ainda a necessária expectativa do saber fazer e, mais ainda, de liderar¹⁴. Assim, a autoridade dispõe de legalidade por parte daqueles que participam das relações de poder envolvidas, geralmente contempladas na constituição de um estado nacional e por todo o conjunto de normas abaixo desta. Contudo, nem sempre ocorre conjugação de quem dispõe da autoridade com a liderança que desta se espera. De qualquer modo, no mundo democrático contemporâneo, os atos da autoridade por serem publicados, podem ser verificados, fiscalizados, questionados e modificados com base em procedimentos também estes estabelecidos previamente.

A autoridade está presente tanto na esfera pública (estatal ou não) como privada, conquanto seja no primeiro caso que adquira maior repercussão. Entretanto, Sartori (1994) faz objeção a como a palavra acabou sendo empregada, atribuindo tal dificuldade às traduções do

¹² - Acredito que ainda mais as virtuais, pois na maior parte dos casos a comunicação é só escrita não havendo o olhar nos olhos do outro.

¹³ - Faço questão de colocar a palavra em *italico* a fim de registrar primeiramente que o conceito passou por diversas interpretações ao longo do tempo. No seu sentido (proveniente do latim *Autoritatis*) o termo é muito antigo, procedia do mundo greco-romano, e se referia a pessoas ou grupos com ascensão sobre os demais membros da sociedade baseada na rígida hierarquia social e religiosa na qual não caberia qualquer verificação a atos praticados. De acordo com Sartori (1994) *Auctoritatis*, por sua vez, viria de *Augere*, outra palavra latina, isto é, aumentar. Ou, também, pelo seu sentido moral; indivíduos que se destacam sobre outros em algum campo pelo domínio que demonstram de certo conhecimento. Diferenças de interpretação nem sempre foram contraditórias.

¹⁴ - É evidente que por si mesmo isso não garante que determinada autoridade revele tais qualidades.

termo feitas por cientistas políticos, sociólogos e psicólogos para diferentes idiomas. Assim, *“na teoria política o conceito de autoridade sempre esteve ligado à legitimidade, não a legalidade”*. Mas a afirmação de alguns tradutores de que seria apenas poder formal gerou *“essa redução grave de legitimidade para legalidade [que] passou quase sem ser questionada e foi seguida por muita gente”*. Ou seja, espera-se que autoridade formal esteja acompanhada da sua legitimidade, sua aceitação pela liderança.

A relevância de esclarecer o conceito de autoridade ao se proceder a crítica ao autoritarismo está, especialmente, em demonstrar que o emprego da força física policial contra certos comportamentos individuais e grupais agressivos (principalmente manifestações públicas) faz parte, em princípio, dos limites da autoridade de um regime democrático. As liberdades individuais e coletivas não podem ser asseguradas, por contraditório que possa parecer a alguns, sem que haja um poder detentor da autoridade de valer-se da força (coação) para que estes mesmos direitos sejam observados e não se ultrapassem limites que coloquem em risco as de outros, em não raras ocasiões sendo estes outros partes da maioria¹⁵. O que importa dizer é que na dúvida sobre a lisura de um ato, existem mecanismos para apurar se o limite da autoridade foi ultrapassado.

Com frequência no Brasil pós-constituição de 1988, movimentos políticos e sociais denunciam o suposto autoritarismo das ações das polícias em manifestações políticas que levam à repressão dos ativistas. Porém, estas decorrem, nas ocasiões que resultam em uso de cassetetes, balas de borracha, lançamentos de bombas de gás e efeito moral, da esfera de autoridade que lhes compete a fim de evitar destruição de patrimônio público e privado, bem como assegurar o mínimo do direito de locomoção da população não envolvida com estas mobilizações.

Observo que é praticamente impossível encontrar registros de ação repressiva tendo ocorrido previamente às mobilizações políticas (pelo simples fato destas terem sido anunciadas), mas sim em decorrência quase invariavelmente de reação a manifestações de violência que extrapolaram os próprios objetivos manifestos daqueles grupos que as convocaram, provavelmente em alguns casos de subgrupos infiltrados com esta finalidade. Não obstante, estimula-se a repetição de tal comportamento na medida em que estes não são condenados política e moralmente pela maioria dos manifestantes. Isso vem se repetido inúmeras vezes, antes mesmo da eleição de Bolsonaro, e, ironicamente, nas mais recentes ocasiões em que se verificam manifestações contra o pendor autoritário do atual governo nas quais grupos *“black bloc”* agem com violência, ou ações de vandalismo tentam destruir monumentos públicos como se deu na já por mim mencionada recente tentativa de incendiar a estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo (SP) com o bordão de que o personagem retratado se tratava de um dominador, colonialista, caçador de índios e negros¹⁶.

¹⁵ - Sim, as maiorias também precisam ser protegidas e podem ser mais frágeis do que minorias muito ativas, organizadas e com ações (conscientes ou não) contrárias a respeitar os elementos básicos do regime democrático.

¹⁶ - No caso específico, talvez fosse mais interessante, pois alinhada ao respeito aos procedimentos intrínsecos ao regime democrático, apoiar na câmara municipal a ideia da construção de duas outras estátuas (um índio e um negro) na mesma região onde está localizada a do bandeirante com gesto de resistência ao mesmo, mas não destruí-la e nem retirá-la. Exemplo positivo foi o anúncio da Prefeitura de São Paulo em agosto de 2021 que a partir de setembro começará a construir esculturas de personalidades negras em diferentes pontos da cidade.

Defender política, mas qual política?

A política é uma atividade inerente ao ser humano nas sociedades complexas nas quais se vive e está muito associada à liberdade, uma vez que a mesma é excluída da maioria nos contextos nos quais o regime vigente se impõe estritamente pela força. Assim, a política se coaduna à liberdade e à democracia e se faz presente (e tão mais necessária) exatamente em função das divergências existentes entre os grupos que formam o país. A política envolve a solução de compromisso, a necessidade de se compor com visões e interesses divergentes. Mas no Brasil esta foi quase sempre muito repudiada, com algum interregno nas fases iniciais das redemocratizações (como a do final dos anos 70), quando houve algum efetivo encanto.

O repúdio à política se deu por ao menos dois fatos: 1) a expectativa de que a vida mudasse para melhor com a mera substituição do regime; e 2) as denúncias de corrupção envolvendo os políticos de diferentes matizes tornaram-se comuns sem que houvesse sanções na escala que estas denúncias se verificavam e sem que houvesse mudanças profundas; e/ou 2.1) sem que os vistos como mais poderosos fossem penalizados. Além disso, tais denúncias eram encaradas (ou pareciam ser) no meio político brasileiro como algo menor fosse esta noticiada nos casos mais estruturais quanto os de varejo. Como se estas não lhes dissessem respeito, mesmo com farto noticiário da imprensa e pesquisas mostrando o incômodo e contrariedade da opinião pública em relação ao conhecimento que se tinha destas práticas.

Para larga parcela da esquerda brasileira corrupção era coisa menor sendo comum rotular os que repudiavam tal prática como sendo preocupações de “*pequeno burgueses*”, “*falsos moralismos*”, ou seja, tomando-se o efeito como se fosse a causa. Pois nessa concepção, o capitalismo seria o responsável por tal estado de coisas e com sua destruição isso teria um fim. Ora, mesmo com a ascensão ao poder de uma força política assumidamente de esquerda a prática da corrupção envolvendo diretamente os poderosos só piorou, conquanto legislação anticorrupção tenha sido paulatinamente aprovada nesse lapso de tempo¹⁷.

Assim, a relação entre política, regime democrático e a melhora de vida das pessoas tornou-se uma crença ainda mais frágil para grande parte da população. Em sentido inverso, aumentou a concepção de que política é coisa necessariamente suja e deixando-a em um canto isolado como a exata oposição da técnica e da ciência. Associar diretamente a democracia com melhora de vida é algo um tanto arriscado, pois em si mesmo tal regime não se constitui em política pública, mas o meio de solucionar conflitos pacificamente valendo-se de deliberações, nas quais o voto tem grande importância, e, assim, dar as condições para o desenvolvimento de políticas públicas.

(Quase) uma ideologia própria

É factível afirmar que o autoritarismo é (quase) uma ideologia própria. E se eu lanço mão do advérbio *quase* é basicamente por precaução e por não desconhecer a força que as doutrinas políticas dispõem (umas mais do que outras) para angariar adeptos e mantê-los ao longo do

¹⁷ - Muitos dos que discordam desta minha interpretação, especialmente os que se situam à esquerda, afirmam que não basta ganhar eleições e governar, mas sim fazer a revolução porque só esta poria fim às estruturas que sustentam a corrupção. Bem, os exemplos dados por vários países nos quais “*se fez a revolução*” jamais permitiram tal apuração devido à repressão a toda e qualquer visão diferente, a alternância no poder, inexistência de imprensa independente, entre outros vetos. Mas é fácil verificar como na extinta União Soviética rapidamente grupos bem posicionados no estado e no partido único se tornaram indivíduos ricos e poderosos na Rússia em pouco tempo.

tempo independentemente das mudanças sociais nas quais se encontrem alicerçadas, em um conjunto de interpretações da sociedade, do mundo, de propostas, e, sobretudo, nas adversidades que enfrentam. Por exemplo, em algumas doutrinas o emprego da força física contra os oponentes é considerado legítimo para a materialização de suas propostas embora raramente se vislumbre a defesa da mesma como algo perene, como um fim em si mesmo. A “*ditadura do proletariado*” seria algo transitório para que o comunismo se instalasse pondo fim à classe social (burguesia) responsável pelo capitalismo. Sempre conveniente lembrar que tais ditaduras continuaram sendo ditaduras, mesmo depois do desaparecimento da dita classe opressora e tendo passado em quase todas elas mais de meio século de existência¹⁸. Creio ser cabível afirmar que se trocou a ditadura do proletariado por conveniente e injustificável “*ditadura antimeritista*”.

As diferenças existentes nas doutrinas à esquerda e à direita são razoavelmente claras, mas praticamente desaparecem quando estas forças empolgam o poder, uma vez que a despeito de identidades tão próprias e reconhecíveis, as mesmas são portadoras da sua “*verdade*” que não pode ser “*ameaçada*” por qualquer objeção. Não parece exagero admitir a existência de componentes semelhantes ao fundamentalismo religioso, o qual procura um mundo perfeito na terra.

Porém, tanto a doutrina comunista quanto as doutrinas da direita não prepararam discursos consistentes para lidar com as situações concretas nas quais exercendo o poder não tenham conseguido produzir a sociedade pela qual se bateram (e muitas vezes nem com as ações desencadeadas pelo discurso). Seria cômico examinando a questão pelo lado dos que são radicais da extrema direita não houvesse implicações políticas graves tais como as inúmeras afirmações de Bolsonaro e seus adeptos que o Brasil não se “*transformaria em uma nova Venezuela*” em referência ao regime autoritário vigente no nosso vizinho ao norte. É fato que o *chavismo*, atualmente representando na figura de Nicolas Maduro, se afirma como fundador do “*bolivarianismo portador da mensagem do socialismo do século XXI*”, embora esteja muito longe disso sob o ângulo econômico e social.

Todavia, o que Bolsonaro pleiteia é a cooptação das forças armadas e das polícias militares para um projeto autoritário tal como lá se passa. Talvez a diferença em grau esteja que na Venezuela desde um primeiro momento ainda com Hugo Chávez no poder houve rapidez em criar milícias armadas em seu próprio partido político, enquanto por aqui as ditas milícias não contam com uma organização política própria participando de eleições e atuando no congresso nacional¹⁹. Mais: antes de chegar ao poder pela via eleitoral, Chávez tentou golpe de estado clássico quando ainda estava na ativa o qual foi frustrado²⁰. Chegando ao governo legitimamente, prendeu e exonerou em pouco tempo vários oficiais das forças

¹⁸ - A simples definição constitucional de que um único partido político está autorizado a funcionar e se confunde com o Estado e o regime é indicador da gravidade e da condição ditatorial de um regime. Acompanhe o artigo 5º da Constituição de Cuba: “*O partido Comunista de Cuba, único, marxista e leninista, vanguarda organizada da nação cubana, sustentado em seu caráter democrático e a permanente vinculação com o povo, é a força política dirigente superior da Sociedade e do Estado*” (tradução livre feita por este autor). Para facilitar o leitor não familiarizado como o termo MARTIANO é referência a José Julian Martí Perez (1853-1895), um dos principais inspiradores da revolução cubana e de outros partidos políticos de esquerda na América Latina.

¹⁹ - Até o momento o que parece é que seus seguidores armados (as ditas milícias), são formadas por policiais militares, militares e ex-militares da tropa, com alguns ex-oficiais.

²⁰ - Em fevereiro de 1992, Hugo Chávez liderou tentativa de golpe de estado para derrubar o governo do então presidente Carlos Andres Pérez. Houve fortes combates entre os golpistas e as forças leais ao regime ocorrendo intensos combates na capital que provocaram a morte de combatentes e civis. Outra tentativa fracassada ocorreu em novembro do mesmo ano, em menor escala.

armadas que resistiam a tal cooptação, expurgando-as de todos “elementos subversivos”, alguns pelo fato de terem tentado evitar tal processo pelo infeliz caminho da tentativa de um contragolpe de estado²¹, em bases próximas às que ele próprio havia feito dez anos antes.

Será que a centro-direita aprendeu?

Cabe fazer a pergunta acima uma vez que levou muito tempo para que setores à direita no Brasil aceitassem que a questão ambiental (particularmente o aquecimento global), por exemplo, não é “*coisa da esquerda*”. Trata-se de realidade a ameaçar nossa existência e nos contornos mais específicos dos produtores rurais, coloca em risco o próprio negócio. A mudança de entendimento de boa parte dos mesmos na última década, de que é possível conciliar preservação e desenvolvimento, já trouxe benefícios palpáveis em termos tanto de produtividade quanto de respeitabilidade interna e no exterior, o que facilita tanto a manutenção como a ampliação de mercados. Porém, tais avanços passam a ser ameaçados exatamente agora com a forma pela qual o próprio governo Bolsonaro fez tábula rasa da proteção administrativa e legal existente, facilitando as queimadas.

De forma geral, a centro-direita entendia que o Sistema Único de Saúde (SUS) era apenas ralo do dinheiro público sem oferecer nada de útil para a sociedade, ou, quando muito, se constituía em algo voltado para os mais pobres. A experiência com a pandemia parece ter conscientizado muitos deles de que o mesmo tem grande importância e precisa ser fortalecido, pois respondeu bem às duras exigências à que foi submetido ainda que carecesse de recursos suficientes²².

Autoritários sim, ainda que em graus variados

Assim sendo, há no mundo contemporâneo uma ampla gama de estados nacionais nos quais os regimes políticos vigentes são autoritários ainda que em graus variados, independente das ideologias professadas por seus governantes, sendo que alguns países nem chegaram a experimentar a democracia, enquanto em outros as democracias vão sendo fragilizadas. Tais governos reprimem as oposições pelo simples fato destas fazerem oposição, reprimindo-as fisicamente se for conveniente, mas invariavelmente cerceando a liberdade de expressão e de livre pensamento (ou mesmo valendo-se de violência física ou ameaças veladas aos que exercitam a profissão); não permitindo a alternância do poder e recorrendo à própria força direta ou dissimulada (por meio de assassinatos de líderes, prisões, vetando candidatos etc.); impedindo decisões judiciais que contrariem seus interesses.

Porém, é diferente a existência entre um regime autoritário em um país que já viveu a democracia por razoável tempo (como no caso da Venezuela) e os que não a conheceram (Rússia, Egito, etc), porque nos primeiros havia mais clareza do significado dos limites da autoridade em um sistema com separação e independência dos poderes (no tocante a constituição e demais documentos e pela prática da sociedade), mas não nestes últimos.

²¹ - Em 11 de abril de 2002 o civil Pedro Carmona Estanga apoiado por parte das forças armadas desferiu um golpe contra o governo Hugo Chávez chegando a prender o presidente. Contudo, a ala leal ao chefe de estado com apoio de seu partido e o não reconhecimento de grande parte dos regimes democráticos impediu que o mesmo se consumasse.

²² - Um desses exemplos é o do ex-ministro da Saúde do governo Bolsonaro, Luiz Henrique Mandetta, quem admitiu que antes de assumir o cargo tinha postura contrária ao SUS, mas a pandemia o fez mudar a ideia.

No Brasil isso não se verifica apesar da existência de um presidente autoritário apoiado por um movimento de mentalidade autoritária a expressar visão de parcela da sociedade. Todavia põe em risco o regime democrático, pois a autoridade máxima não desiste de seu intento frente às várias resistências que lhe são apostas pelas instituições e pelas próprias manifestações públicas em defesa das liberdades e da democracia. E o que é mais perigoso e revelador do seu autoritarismo; a defesa aberta do uso e aquisição de armas de fogo por qualquer pessoa a pretexto de que este é o meio de o “povo não ser escravizado” e “garantir sua liberdade”.

A expressão usada pelo seu ministro da Defesa, general Walter Braga Neto, em audiência perante as três comissões na Câmara dos Deputados que no Brasil de 1964 houve um “governo forte” e que “exceções foram cometidas de ambos os lados” escamoteia e oculta algo de grave²³. “Forte” é outro eufemismo para autoritário, pois naqueles anos não haveria possibilidade de alternativa do poder por parte de uma força de oposição, como era a única pacífica, o MDB. E quanto às “exceções de ambos os lados” há de se registrar que embora tenham existido, as exceções do lado dos que se constituem nas forças do estado não podem se igualar aos que se encontram na oposição, sobretudo quando o “inimigo” foi dominado e encontra-se sob a jurisdição do estado.

Que não se confunda como prova de autoritarismo o que se passou no Brasil durante a *Operação Lava Jato* (bem como operações anteriores de menor repercussão) que levou à condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois tal evento é a prova da força do regime democrático (no qual contradições também são próprias). Como não se entenda como patranha a denúncia do então deputado federal Roberto Jefferson quando denunciou o esquema de pagamento de propinas durante o governo do então presidente Lula com sua base parlamentar que levou ao termo *Mensalão* tendo alertado ao chefe de estado sobre o que se passava²⁴.

Ainda que a *Lava Jato* tenha recorrido a meios que foram invalidados por terem afrontado elementos do estado de direito, esta revelou a força e penetração da corrupção no estado brasileiro valendo-se da atuação da chamada força-tarefa que trouxe inúmeros fatos objetivos envolvendo empresários, executivos privados e públicos e políticos. E mais: conseguiu a inédita devolução aos cofres públicos de elevado montante de recursos que foram desviados na forma de pagamentos de propina e depositados em contas no exterior valendo-se de vários intermediários para tentar encobri-las. E reforça a diferença com o objeto deste artigo a publicidade dada ao caso quando do processo judicial e mesmo depois da anulação das condenações que haviam sido proferidas em tribunais da primeira e da segunda instância de sorte que todo o processo recomeça, por entendimento dos integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) de que houve parcialidade de promotores e do ex-juiz federal Sérgio Moro.

²³ - Esta sessão ocorreu em 17 de agosto de 2021 e se prestou a que o ministro esclarecesse sua suposta fala de que se a PEC do voto impresso não fosse aprovada não haveria eleições em 2022, bem como outras declarações e atitudes interpretados como ameaçando o estado de direito.

²⁴ - O que não diminui em nada a própria responsabilidade de Jefferson no Mensalão e não o livra de críticas merecidas pelos métodos empregados no fazer política (os quais se ajustam à mentalidade autoritária).

O que é preciso fazer para a democracia se fortalecer

Medida pronta e isolada para que o regime democrático no Brasil consiga um grau de institucionalidade ainda maior do que o atual não existe. Muito está sendo feito em termos de defesa contra as agressões desfechadas pelo próprio presidente. Porém, para que esta se fortaleça é necessário ampliar a mentalidade democrática em setores avessos à mesma, muitos dos quais assim agem por simples ignorância. Será preciso combinação de fatores de ordem político-institucional, mas também por parte da sociedade. Desta última, que haja maior aceitação (o que passa por maior conhecimento em alguns grupos) sobre os procedimentos, e valorização em vários grupos da sociedade. Que se consiga enfraquecer as organizações radicais de um lado outro do espectro político tanto pela própria prática democrática (como, por exemplo, mediante projeto e candidaturas nas eleições gerais de 2022) quanto pela maior educação em torno do respeito a vários procedimentos da democracia. Isto envolve tanto ações concretas das instituições políticas quanto de toda parcela da sociedade que não se enxerga em nenhum destes espectros, compreendendo ser inaceitável compactuar com o que vem sendo feito pelo atual governante brasileiro, como não se pode desconhecer o que foi feito de errado nestes anos anteriores à eleição de Bolsonaro.

É importante que se desenvolva a educação e o valor junto aos mais jovens e a estes agrupamentos políticos, especialmente os da esquerda, de que a liberdade não é *“apenas a minha quando eu a exerço”*, porém a minha só pode ser exercida em respeito à dos outros os quais não necessariamente pensam como eu. Demonstrar que as liberdades individuais e coletivas não são absolutas, de que as mesmas só podem existir e ser acatadas por terem limites. E ainda mais importante: exemplificar que a força da liberdade se manifesta quando o que a exerce é um cidadão comum, sem qualquer cargo estatal ou mesmo de organizações não estatais poderosas que lhe deem apoio, como partidos políticos.

E exatamente pelo entendimento de que as liberdades precisam de limites para que possam ser exercidas é que a lei necessita ser cumprida e com celeridade, algo mais difícil de ser verificado no Brasil particularmente quando o objeto da norma se volta para as condutas dos cidadãos. É difícil tanto para o cidadão comum quanto para o estudioso e pesquisador da vida pública brasileira entender e aceitar que determinadas leis sejam rigorosamente aplicadas enquanto outras dificilmente o sejam, ainda que tenham sido sancionadas recentemente²⁵. Que segmentos da sociedade se deem de ombros para normas básicas de convívio social a não ser quando se sentem vítimas.

Quanto às instituições políticas brasileiras, mudanças de ordem político-institucional precisam ser feitas (ou a partir dessas em relação a outras instituições, como o judiciário). E uma destas é a clara necessidade da diminuição do número de partidos políticos aumentando o piso da cláusula de barreira, ou evitando modificações laterais que se constituam em subterfúgio ao pleno funcionamento da cláusula de barreira. Como é necessário, sim, haver uma Justiça que faça justiça de forma mais célere, particularmente nos casos de interesse público envolvendo corrupção, o que não significa dizer subtração do pleno direito de defesa do réu, porém rejeitar a procrastinação das sentenças por intermédio de incessantes recursos

²⁵ - É diferente de leis muito antigas ainda não revogadas e que não são aplicadas até mesmo por risco de colidirem com princípios da Constituição. O ideal é que fossem todas revogadas.

jurídicos só por parte daqueles que tem capacidade para pagar advogados que não são acessíveis à maioria dos cidadãos, uma capacidade que em muitos casos foi obtida de forma ilícita. Se a palavra segunda instância é um anátema para os ditos defensores de um direito “*garantista*” que se encontre formas éticas e corretas de superar a burocracia que só favorece a quem dispõe de poder político e/ou econômico para contratar advogados com técnica e influência muito além do alcance da maioria dos brasileiros.

Por último, e não menos importante, é a redução da grande desigualdade social que persiste (tornando-se mais cruel a partir de 2015) a qual exige a combinação de claras, efetivas e sustentáveis políticas públicas de renda para vastas parcelas da população propiciando mais oportunidades econômicas e também culturais.

A ignorância como fator importante para o autoritarismo

A ignorância é sempre algo ruim para toda e qualquer sociedade, grupo ou indivíduo que preza o uso da razão e do conhecimento em prol do desenvolvimento individual, social e institucional. Em termos genéricos, a ignorância é entendida como algo relacionado ao déficit educacional, particularmente nos níveis básicos de instrução, mas não parece se restringir ao grau de formação escolar obtido. Em certa medida, também pode estar alinhado a renda, e, particularmente educação e renda associados.

Porém, em relação à política, dimensão que abrange a vida de uma sociedade, é possível afirmar que há ignorantes com alta formação acadêmica, seja por que a ignorância é o desconhecimento frente a novos conhecimentos ainda não adquiridos pelo indivíduo e tantas vezes ainda nem mesmo pelas instituições de ensino de dado país; ou seja, das próprias instituições escolares e o próprio regime político limitarem o desenvolvimento a um campo muito estreito de possibilidades. Neste segundo exemplo a limitação se dá pela restrição a todo material didático e a discussão que possam ser entendidos como “*perigosos*” pelas autoridades quando ocorre em um regime autoritário.

Por si mesma, a ignorância não implica em propiciar atitude autoritária, mas facilita que força política autoritária desta se valha porque há na ignorância quase sempre visão extremamente simplista do mundo a qual acaba por recepcionar mais facilmente as mensagens que transmitem a ideia sobre como é fácil resolver questões públicas complexas na maior parte das vezes. Tal ambiente fica mais propício ao autoritarismo quando questões importantes afligem a população, tais como as de corrupção, educação, emprego, saúde, e, segurança pública, entre outras.

O mais perigoso para a democracia é quando a ignorância é composta de dois níveis, isto é, indivíduos que não sabem que não sabem, ou seja, não conseguem nem mesmo estar cientes da sua ignorância sobre os temas para os quais estão opinando, ou mesmo sendo convencidos a se mobilizarem a favor ou contra determinada medida, assunto, etc. A gravidade desta situação se torna mais aguda no mundo contemporâneo no qual todos nós estamos mais conectados em tempo real com os mais diversos temas e acabamos por interagir em bases mais horizontais, ou mais próximas à noção de igualdade. Aliado a esta situação, o mundo contemporâneo cobra muito de todos para que se tenha opinião.

Apesar das considerações feitas nos parágrafos anteriores, há que se registrar que o apoio ao regime democrático, entendido como o oposto ao regime autoritário, é amplo no Brasil. Isso pode ser verificado tendo por base os resultados de pesquisas de diferentes e insuspeitos institutos os quais empregam diferentes metodologias. São estes os casos, por exemplo, da pesquisa do Instituto Datafolha com levantamento realizado em junho de 2020 sobre a *Democracia e Ditadura no Brasil*²⁶, como do *Pew Research Center*, embora existam variações importantes ao longo do tempo e mesmo perda de credibilidade.

Um só autoritarismo

Como já afirmei nesse artigo, a cautela que empreguei usando o “quase” para o autoritarismo como ideologia própria não se repete para os expedientes e comportamentos autoritários dos líderes que exercem o poder, sejam estes governando em sistemas políticos democráticos ou, principalmente, nos ditatoriais. Na atualidade há um conjunto de países sendo governados por dirigentes que esposam diferentes doutrinas ou simplesmente concepções de mundo e lançam mão dos mesmos expedientes para que possam se manter no governo; independentemente da forma como lá chegaram (excluindo desta minha afirmação qualquer país que jamais tenha vivido o regime democrático). No entanto, alguns desses dirigentes continuam a conviver com regimes democráticos, sendo estes os casos atuais da Hungria e Polônia, embora tais países não tenham tido significativa experiência de vida institucional democrática.

Os meios empregados se dão pela combinação de ameaças abertas ou veladas com uso da violência física sempre que se achar conveniente para inibir ou simplesmente impedir a organização da oposição; além de censura parcial ou total a liberdade de opinião e organização. O sucesso da manutenção de regimes já autoritários está na coesão existente no seio dos que dispõem da hegemonia das armas com algum propósito que consiga assegurar uma base social razoavelmente expressiva ainda que minoritária na sociedade.

O comportamento autoritário de dirigentes autoritários em regimes autoritários variará apenas quando o autoritarismo é de caráter totalitário como nos casos dos regimes comunistas, fascistas ou religiosos fundamentalistas nos quais o regime procura penetrar em várias esferas da vida, como se preocupar até mesmo como as pessoas pensam. Se o autoritarismo não for o totalitário, o regime autoritário poderá conviver com algum pluralismo se este não chegar a ponto de ameaçá-lo.

E mais do que tudo, o autoritarismo recorre a lideranças que acabam por confundir-se com as próprias propostas que defendem como se fossem os únicos avalistas que pudessem viabilizar tais ideias. A política passa a ser praticada por intensa personalização e se abrindo ou fortalecendo o *populismo*, conceito este, que para a realidade da América Latina mostra claramente o contato extremado do líder com seu público (as antigas “massas”). Diga-se, no entanto, que no caso presente do Brasil, Bolsonaro não se enquadra rigorosamente neste exemplo seja por não dispor de um partido político organizado para a agregação de seus seguidores, como não contar com recursos econômico-financeiros do estado que permitam abertamente desenvolvê-lo. Bem que ele tenta, mas tem encontrado forte resistência, parte da mesma vinda de seu próprio governo para quem a estabilidade fiscal é essencial.

²⁶ - Tais institutos, como o Latinbarometro, realizam levantamentos regulares ao longo dos anos, e os resultados quanto ao apoio são altos a despeito de variações esperadas, pois as conjunturas tendem a influenciar as respostas.

Bom exemplo do que se afirma aqui é recorrer aos índices do abalizado instituto *Freedom House*, que anualmente monitora e mede os regimes democráticos e as condições de liberdades em 210 países²⁷. Se o Brasil é atualmente considerado um país livre (conquanto não tão bem posicionado), não é este o caso de China, Cuba, Rússia e Turquia, entre outros (*vide nos anexos as classificações de alguns desses países*).

É mais do que o momento para os brasileiros que se preocupam com o destino do País aprendam algumas lições dentre os temas aqui arrolados, de sorte a compreenderem que algumas instituições nas democracias não podem funcionar no modo democrático, tais como as forças armadas e polícias, exatamente para que o próprio regime democrático possa funcionar. Portanto, não se trata de contradição da democracia, mas requisitos para sua existência; como é destituído de sentido e coerência criticar o autoritarismo se este provém da direita, mas defender regimes autoritários (e mesmo totalitários) se estes são do seu campo doutrinário à esquerda.

Últimas palavras

Na abertura do presente artigo declarei que os eventos políticos presentes poderiam, quiçá, servir de lição para todos aqueles que denunciam a conduta claramente autoritária do governo do presidente Jair Bolsonaro, destacando que concepções autoritárias existem igualmente entre setores que agora se chocam com posturas e práticas claramente preocupantes da base de apoio desta autoridade, embora nada igual tenha se registrado na história recente do País, ao menos no plano interno.

A despeito da expectativa que expus, reconheço que as conjunturas que levam a determinadas aproximações políticas raramente tem a capacidade de por abaixo estruturas políticas que se forjaram muito tempo atrás. Além disso, o recente surgimento de uma direita assumida e rapidamente dividida em duas alas (ou descobrindo suas diferenças) sugere que ainda há fenômeno conjuntural em curso. De certa forma, a identidade da direita no Brasil do pós-guerra só começa a ser assumida com esta palavra (e não chamada por seus antagonistas) cerca de dez anos atrás. Ou, em outras palavras, que ainda é muito cedo para que este ator coletivo, embora já dividido, sinta-se com alguma proximidade com aqueles que ideologicamente estão à assumidamente à esquerda.

Isso não impede que se observem algumas mudanças já nas eleições gerais de 2022. Mas as movimentações de caráter eleitoral do momento recomendam cautela, pois há sinais antagônicos seja de movimentações em prol da unificação de candidatura que supere a polarização extremada entre as forças de Bolsonaro e PT, na pessoa do ex-presidente Lula. Como existe uma crença muito grande nos que apoiam o ex-presidente de que este líder é a pessoa certa para o País, especialmente pela sua condição de alguém que teria sido

²⁷ - A Freedom House desenvolve sua metodologia e a partir de itens emanados da Declaração dos Direitos Humanos adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 1948. A partir da metodologia desenvolvida os indicadores são numéricos e textuais. Este autor não se propõe a expô-los e discuti-los neste trabalho, embora os endosse em linhas gerais.

claramente injustiçado pela Operação Lava Jato e pelas transformações sociais que acreditam ter sido da total responsabilidade do governo dele.

Finalmente, correntes autoritárias sempre existiram em regimes democráticos, com graus variados, e continuarão a existir especialmente no mundo contemporâneo e digital por razões já explicadas. O que importa para os que não apenas defendem o regime democrático, mas tem clareza sobre seus pilares básicos, é que estes entendam a relevância de se defender os mesmos sempre, e não ocasionalmente a depender das afinidades ou distanciamentos doutrinários, procurando apostar e contribuir para forças políticas que sejam capazes de zelar pelo mesmo e contribuir para o desenvolvimento político, econômico e cultural do País.

***RUI TAVARES MALUF** – Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Ex-coordenador da Pós-Graduação em Opinião Pública e Inteligência de Mercado (OPIM) da mesma instituição (2010-2019). Doutor em Ciência Política (USP), mestre em Ciência Política (UNICAMP). Autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2010), e *Prefeitos na Mira* (2001), ambos pela editora Biruta. Fundador de Processo & Decisão Consultoria e editor do site Processo & Decisão.

Anexos

Posição de países previamente escolhidos pelo autor da lista da organização Freedom House, para o ano de 2020 segundo posição geral e status frente a Direitos Políticos e Liberdades Civis (2021)

| PAÍS | POSIÇÃO E STATUS | DIREITOS POLÍTICOS | LIBERDADES CIVIS |
|-----------------|-------------------------|--------------------|------------------|
| África do Sul | Livre (79) | 33 | 46 |
| Argentina | Livre (84) | 35 | 49 |
| Bolívia | Parcialmente livre (66) | 27 | 39 |
| Brasil | Livre (74) | 31 | 43 |
| Chile | Livre (93) | 38 | 55 |
| China | Não livre (9) | -02 | 11 |
| Coreia do Norte | Não livre (3) | 00 | 03 |
| Coreia do Sul | Livre (83) | 33 | 50 |
| Colômbia | Parcialmente livre (65) | 29 | 36 |
| Croácia | Livre (85) | 36 | 49 |
| Equador | Parcialmente livre (67) | 27 | 40 |
| Cuba | Não livre (13) | 01 | 12 |
| Espanha | Livre (90) | 37 | 53 |
| EUA | Livre (83) | 32 | 51 |
| França | Livre (90) | 38 | 52 |
| Grã-Bretanha | Livre (93) | 39 | 54 |
| Guiana | Livre (73) | 30 | 43 |
| Hungria | Parcialmente livre (69) | 26 | 43 |
| Índia | Parcialmente livre (67) | 34 | 33 |
| Itália | Livre (90) | 36 | 54 |
| Japão | Livre (96) | 40 | 56 |
| Paraguai | Parcialmente livre (65) | 28 | 37 |
| Peru | Parcialmente livre (71) | 29 | 42 |
| Polônia | Livre (82) | 34 | 48 |
| Portugal | Livre (96) | 39 | 57 |
| República Checa | Livre (91) | 36 | 55 |
| Rússia | Não livre (20) | 05 | 15 |
| Sérvia | Parcialmente livre (64) | 22 | 42 |
| Suriname | Livre (79) | 34 | 45 |
| Turquia | Não livre (32) | 16 | 16 |
| Uruguai | Livre (98) | 40 | 58 |
| Venezuela | Não livre (14) | 01 | 13 |

Fonte: Freedom House, acessado em agosto e setembro de 2021. Dados organizados pelo autor

Sobre o regime militar que durou de 1964 a 1985, o presidente Jair Bolsonaro já disse que não houve ditadura no Brasil. Pelo que você sabe ou imagina, houve ou não uma ditadura no Brasil durante o regime militar?

| ALTERNATIVA ESCOLHIDA | ESTRATO | FAIXA | RESPOSTA EM % |
|-------------------------|--------------|-------------------------------|---------------|
| Sim, houve uma ditadura | GERAL | GERAL | 78 |
| | RENDA | Até 2 salários mínimos | 78 |
| | | De 2 a 5 salários mínimos | 78 |
| | | De 5 a 10 salários mínimos | 78 |
| | | De 10 a mais salários mínimos | 79 |
| | ESCOLARIDADE | Fundamental | 72 |
| | | Médio | 80 |
| | | Superior | 82 |
| | COR | Branca | 75 |
| | | Parda | 79 |
| | | Preta | 84 |
| | | Amarela | 72 |
| | | Indígena | 75 |

Fonte: Instituto Datafolha.

| RENDA DE ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS | | | | |
|--|---|--------------|-------------------------------|------------------------------|
| Alternativas escolhidas pelos respondentes no estrato de Até 2 salários mínimos, em comparação ao resultados gerais, em dois tipos de questões, sendo aqui apresentadas as que mais favoreceriam um regime autoritário | | | | |
| PERGUNTA | ALTERNATIVA ESCOLHIDA | GERAL | Até 2 salários mínimos | Diferença Geral- 2 SM |
| Qual dessas três alternativas você concorda mais: | Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura que uma democracia | 10 | 11 | -1 |
| O governo brasileiro deveria ter o direito de fechar o Congresso Nacional? | Concorda totalmente | 11 | 10 | 1 |
| ...proibir greve? | | 10 | 13 | -3 |
| ...de censurar jornais, tv e rádio? | | 10 | 12 | -2 |
| ...de prender suspeitos de crime sem autorização da justiça? | | 17 | 20 | 3 |
| ...de torturar suspeitos para tentar obter confissões ou informações? | | 7 | 8 | -1 |
| ...fechar o Supremo Tribunal Federal (STF)? | | 14 | 13 | 1 |
| Pelo que você sabe ou imagina, houve ou não uma ditadura no Brasil? | Não houve | 13 | 11 | 2 |

Fonte: Instituto Datafolha

| ENSINO FUNDAMENTAL | | | | |
|--|---|--------------|---------------------------|--|
| Alternativas escolhidas pelos respondentes no estrato de quem possui ENSINO FUNDAMENTAL, em comparação ao resultados gerais, em dois tipos de questões, sendo aqui apresentadas as que mais favoreceriam um regime autoritário | | | | |
| PERGUNTA | ALTERNATIVA ESCOLHIDA | GERAL | Ensino Fundamental | Diferença Geral- Ensino Fundamental |
| Qual dessas três alternativas você concorda mais: | Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura que uma democracia | 10 | 9 | 1 |
| O governo brasileiro deveria ter o direito de fechar o Congresso Nacional? | Concorda totalmente | 11 | 11 | 0 |
| ...proibir greve? | | 10 | 17 | -7 |
| ...de censurar jornais, tv e rádio? | | 10 | 14 | -4 |
| ...de prender suspeitos de crime sem autorização da justiça? | | 17 | 20 | -3 |
| ...de torturar suspeitos para tentar obter confissões ou informações? | | 7 | 8 | -1 |
| ...fechar o Supremo Tribunal Federal (STF)? | | 14 | 13 | 1 |
| Pelo que você sabe ou imagina, houve ou não uma ditadura no Brasil? | Não houve uma ditadura | 13 | 11 | 2 |

Fonte: Instituto Datafolha

Fontes de informação utilizadas

-ALMOND, Gabriel e G. Bingham Powel. *Uma Teoria de Política Comparada*. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar. Rio de Janeiro. 1972.

-CONSTITUIÇÃO DE CUBA. Disponível in: <http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf>

-DATAFOLHA. Pesquisa *Democracia e Ditadura* no Brasil. Levantamento de Junho de 2020. Disponível em:

-FREEDOM HOUSE. Sítio acessado pelo autor em agosto e setembro de 2021. Disponível in: <https://freedomhouse.org/>;

-O ESTADO DE SÃO PAULO. 25.08.21. Página A-8. ‘*Bolsonarismo tenta destruir os valores da corporação*’. Entrevista do coronel reformado Glauco Carvalho ao repórter Marcelo Godoy.

-O ESTADO DE SÃO PAULO. 08.09.21, página A-4. “*Bolsonaro desafia STF e siglas citam impeachment*” ;

-STOPPINO, Mario. *Verbetes Autoridade e Autoritarismo*. In Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio. Universidade Nacional de Brasília (UNB). Brasília, 1986.

-SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*. Volumes I e II. Editora Ática. São Paulo (SP), 1994.

-WIKE, Richard e Shannon Schumacher. *Democratic Rights Popular Globally but Commitment to Them not Always Strong*. Pew Research Center. February. 2020;

-United States Department of State. <https://www.state.gov>
